

31 OUT 1992

Saúde no Rio

JORNAL DO BRASIL

PAULO M. BUSS *

Derrotas eleitorais são para se tirar lições. Com estas palavras o governador Brizola aponta em boa hora a realização de uma reforma do seu secretariado. De fato, também no governo federal se remexe em tudo, inclusive na Presidência da República. E a safra de novos ministros traz um misto de expoentes, entre os quais o experiente Jamil Haddad no Ministério da Saúde.

Os compromissos de Jamil são explícitos, com a implantação do Sistema Único de Saúde e todas as demais posições da recém-encerrada IX Conferência Nacional de Saúde que levou a Brasília quase 5 mil brasileiros de todos os rincões do país, numa das mais belas e vigorosas demonstrações de civismo, cidadania e compromisso social a que este país jamais assistiu.

Aqui no Rio assumem 70 novos prefeitos, que trazem inúmeros compromissos firmados com a população que os elegeram, sobretudo nos sensíveis campos sociais da saúde, da educação, do emprego, do saneamento e da habitação.

Estes fatos somados — mudanças no governo federal, possibilidades de alterações no secretariado estadual e novos prefeitos municipais a partir de janeiro — são um forte motivo para se apontar pontos cruciais aos novos dirigentes:

1) É necessário que a formulação e a execução da política de saúde sejam

feitas de comum acordo entre as três esferas de governo.

De fato, União, estado e municípios têm muitos serviços de saúde no Rio de Janeiro, uma rede pública que faz inveja em quantidade e, em muitas unidades, também em qualidade, a qualquer serviço do país e do exterior.

Articular suas ações, dividir suas responsabilidades nos distritos sanitários, montar os esquemas de referência e contra-referência, recuperar a rede sucateada, unificar os quadros de seus recursos humanos e criar um fundo comum de saúde com controle social são aquelas medidas óbvias que se espera de todo governante responsável, que tenha efetivo compromisso com a população do Rio de Janeiro no campo da saúde.

2) É imprescindível inserir a política de saúde numa esfera maior, formulando políticas sociais integradas em cada nível de governo.

A miséria em que está jogada a nossa população e a necessidade de extrair o máximo de cada cruzeiro aplicado pelo poder público requerem a formulação e implementação de políticas sociais integradas, com controle social, dirigidas às áreas mais carentes da cidade: as favelas, os morros, as nossas periferias. Saúde, educação, saneamento, habitação, transporte e medidas para geração de emprego (público, inclusive, na execução daquelas mesmas políticas), chegando juntos, com a ação articulada de todas as

esferas de governo, podem baratear e potencializar a intervenção.

3) É preciso romper os limites geopolíticos.

A doença e a ignorância não obedecem aos limites virtuais impostos pela concepção política do homem. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro já tem perto de 12 milhões de habitantes e é hoje um imenso aglomerado urbano em torno da Baía de Guanabara, com enormes problemas sociais e ambientais.

Se os novos prefeitos eleitos e os secretários que vão compor os respectivos gabinetes sociais das prefeituras da Região Metropolitana, reunidos num Conselho Metropolitano, forem capazes de formular e executar políticas sociais integradas dirigidas à região como um todo, com a plena participação do estado e do governo federal, através das suas unidades efectoras e dos recursos repassados, é bem possível que o Rio dê um passo inovador e decidido para a melhoria das condições de vida da sua população.

O ministro Jamil Haddad já afirmou que quer fazer do Rio a vitrine do sistema público de saúde do país. Cabe agora ao governador Brizola apontar um secretário à altura do desafio na reforma iminente do seu governo e que as novas prefeituras do Rio possam também contar com talentos e sensibilidades na constituição dos seus gabinetes sociais.

* Professor e diretor da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz